



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de piso vinílico e rodapés (incluso a retirada dos carpetes e rodapés existentes, com a devida remoção dos materiais), para as salas do 10º andar (Presidência e Direção Geral), 8º andar (Assessoria dos Juízes) e 5º andar (Corregedoria, lado direito) do Ed. Sede do TRESC, localizado à Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Necessidade de substituição dos revestimentos em carpete por um revestimento que seja de fácil limpeza e manutenção, tendo em vista o grande tráfego de pessoas nos locais de trabalho. A opção de revestimento com réguas vinílicas, além de possibilitar uma melhor limpeza e manutenção dos ambientes, proporcionará melhores confortos acústico e térmico, proporcionando um local com mais saúde, conforto e asseio para os usuários.

2.2. Objetivos e Benefícios

A utilização do revestimento vinílico no piso, com o acabamento de rodapé em poliestireno, representará grandes benefícios para a manutenção e limpeza dos ambientes de trabalho, permitindo uma melhor higienização desses locais, o que refletirá diretamente na saúde dos usuários dessas salas. Outros benefícios decorrentes desta opção de revestimento de piso são a durabilidade, a estética e os confortos térmico e acústico.

2.3. Alinhamento Estratégico

INI1.6 e SGP3

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Os Estudos Preliminares estão inseridos no PAE 36.945/2021.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista e a contratada é o fornecimento e a instalação de 722,45m² de piso vinílico e de 497,55 m de rodapé, estando inclusos os serviços relacionados à remoção e destinação adequada dos carpetes e rodapés existentes.

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

2.7.1. Remoção dos carpetes e rodapés

- A empresa contratada deverá remover os carpetes e rodapés existentes, retirando todos os restos de argamassa e/ou cola. Tais materiais deverão ter destinação adequada, visando, se possível, seu reaproveitamento ou reciclagem.

2.7.2. Fornecimento e instalação do piso vinílico

2.7.2.1 ESPECIFICAÇÕES

- Piso vinílico em réguas com dimensões de 184 x 950 mm, com espessura de 3 mm, peso médio 5,35 kg/m², para tráfego intenso, com proteção superficial extrema, resistência à abrasão Classe T, resistência ao escorregamento R9, classificação de reação ao fogo Classe II A, absorção do som ao impacto de 4dB, emissão de COV menor que 100 µg/m³.
- As caixas do piso vinílico devem possuir o mesmo lote de fabricação, para evitar diferenças de tonalidade.
- Referência piso vinílico: Linha Ambienta Coleção Series, cor Cinnamon (9343629), da Tarkett. Referência adesivo: Globalfix, da Tarkett. Referência para preparação e nivelamento do contrapiso: Tarkomassa Autonivelante, da Tarkett.

2.7.2.2 INSTALAÇÃO

- Os contrapisos deverão ser regularizados e nivelados com argamassa apropriada, de modo a obter uma base lisa e isenta de depressões ou desníveis maiores que 1mm. Antes da colagem, as réguas devem descansar esticadas no chão por 24 horas. A instalação das réguas deve seguir a direção definida em projeto e deve ser feita com adesivos apropriados. Não poderá haver frestas entre as réguas do piso vinílico. O piso não será encerado.

2.7.2.3 QUANTIDADE

- 722,45 m² (setecentos e vinte e dois vírgula quarenta e cinco metros quadrados). A empresa deverá entregar para o TRESC 21 m² (vinte e um metros quadrados) a mais de piso vinílico para reposições futuras.
- Não foram consideradas perdas nos quantitativos.

2.7.3. Fornecimento e instalação dos rodapés

2.7.3.1 ESPECIFICAÇÕES

- Rodapé em poliestireno reciclado (EPS), altura de 70 mm, espessura igual a 13 mm e comprimento de 2400 mm, na cor branca, com peso médio igual a 1,09 kg por barra e VOC menor que 0,5 mg/m³.
- Referência: Rodapé em poliestireno, 451 RP/BR, código 20229, na cor branca, da Santa Luzia Rodapés e Acabamentos.

2.7.3.2 INSTALAÇÃO

- Os rodapés deverão ser instalados utilizando todos os materiais e equipamentos indicados pelo fabricante, como buchas "T" a cada 40 cm (quarenta centímetros) e duas linhas de cola no início ao final da barra, uma parte superior e outra na parte inferior. Os encontros de cantos deverão ser executados em meia esquadria, com acabamento perfeito.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.7.3.3 QUANTIDADE

- 497,55 m (quatrocentos e noventa e sete vírgula cinquenta e cinco metros lineares).
- Não foram consideradas perdas nos quantitativos.

PRAZO E LOCAIS DE EXECUÇÃO

- A empresa contratada deverá executar os serviços no prazo de 40 (quarenta) dias, a contar da autorização emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESC, nos seguintes locais: 10º andar (Presidência e Direção Geral), 8º andar (Assessoria dos Juízes) e 5º andar (Corregedoria, lado direito), localizadas no prédio sede do TRESC, situado na Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis/SC.

OBSERVAÇÕES

- Nos projetos há o detalhamento das quantidades dos 3 (três) locais nos quais serão instalados os pisos e rodapés. As medidas dos ambientes devem ser conferidas no local.
- A empresa vencedora deverá fornecer todos os materiais e executar os serviços de acordo com os documentos disponibilizados pelo TRESC, com perfeito acabamento.
- A indicação de marcas presta-se tão somente para determinar os requisitos mínimos que devem estar presentes no objeto, aceitando-se produtos similares ou de características superiores que detenham as mencionadas especificações.
- Os projetos apresentados contemplam requisitos mínimos a serem atendidos pela empresa contratada. Em caso de dúvidas, necessidade de adequação ou alteração de detalhes dos projetos, a Seção de Engenharia e Arquitetura (SEA) deverá ser consultada pelo e-mail cis-sea@tre-sc.jus.br.

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

O parcelamento do objeto não cabe a esta contratação, porque deve ser garantida a uniformidade dos materiais e a execução dos serviços contratados. A adjudicação deve ser global, em razão dos itens a serem fornecidos e executados, a fim de garantir a qualidade final dos serviços e sua adequada fiscalização.

2.10. Seleção do Fornecedor

Deverá ser selecionado o fornecedor que atender a todos os requisitos relacionados ao objeto, bem como apresentar a documentação requerida.

2.10.1 Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica."

2.10.2 Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

A modalidade de licitação será o Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

2.12. Impacto Ambiental

A fim de minimizar o impacto ambiental decorrente desta contratação, a Contratada deve comprovar que a empresa responsável pela coleta, transporte e bota-fora do entulho gerado possua autorização fornecida pela Prefeitura Municipal ou por órgãos ambientais, para a realização destes serviços.

2.13. Conformidade Técnica

- ABNT NBR 14.917-2:2017 – Revestimentos resilientes para pisos: manta (rolo) ou placa (régua) vinílica flexível homogênea ou heterogênea em PVC. Parte 2: Procedimentos para seleção, utilização, instalação, conservação e limpeza.
- ABNT NBR 16.866:2020 – Poliestireno expandido (EPS): Determinação das propriedades.
- Resolução CONAMA n.307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- Resolução CONAMA n.469, de 29.7.2015, que altera o art. 3 da Res. CONAMA n.307:2002.

2.14. Obrigações da Proponente

Recomenda-se a empresa proponente a realização de visita técnica nos locais onde serão prestados os serviços.

A visita técnica deverá ser realizada por representante da empresa e acompanhada por um representante do TRESC designado para este fim, devendo ser previamente agendada pelo e-mail: cis-sea@tre-sc.jus.br.

A empresa que optar por não realizar a visita técnica, vindo a ser contratada, não poderá alegar em nenhuma hipótese o desconhecimento dos locais de realização dos serviços e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do certame.

2.15. Obrigações da Contratante

2.15.1 Autorizar o início dos serviços.

2.15.2 Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela Contratada, e sua aprovação pelo Contratante.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 2.15.3 Promover, através de seus representantes, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- 2.15.4 Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.
- 2.15.5 Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

2.16. Obrigações da Contratada

- 2.16.1 Executar os serviços no prazo e demais condições estipuladas na proposta.
- 2.16.2 Executar os serviços no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, a contar da autorização emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura.
- 2.16.3 Conferir as medidas no local de prestação dos serviços.
- 2.16.4 Executar os serviços nos locais indicados no item 2.7 deste Projeto Básico, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta; após recebido, os serviços serão conferidos pelo setor competente, que atestará a regularidade dos mesmos. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá refazê-los, no prazo máximo de 10 (dez) dias.
 - 2.16.4.1 Estando em mora a empresa vencedora, o prazo para refazimento dos serviços que trata o item acima, não interromperá a multa por atraso prevista neste projeto.
 - 2.16.4.2 Em caso de refazimento do serviço, conforme previsto no subitem 2.16.3, correrá a conta da empresa vencedora as despesas decorrentes da devolução e nova entrega do produto.
- 2.16.5 Substituir o material/refazer os serviços, no prazo de 10 (dez) dias que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venha a apresentar defeitos de execução ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que para sua ocorrência não tenha contribuído – por ação ou omissão – o TRESP.
- 2.16.6 Fornecer todos os dispositivos e acessórios, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou lista de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços.
- 2.16.7 Empregar todos os materiais necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se por reparos, reposição de materiais danificados em virtude da execução dos serviços.
- 2.16.8 Responsabilizar-se pela perfeita funcionalidade, resistência às cargas solicitadas e integridade da fixação dos produtos instalados. Responsabilizar-se, ainda, pela qualidade dos produtos e serviços, verificando a conformidade com o projeto, com as especificações e com as normas técnicas pertinentes.
- 2.16.9 Corrigir quaisquer problemas que surjam na edificação em função da execução dos serviços.
- 2.16.10 Efetuar a limpeza diária do local dos serviços e de todas as dependências que forem utilizadas, mantendo-os em perfeita ordem durante a execução dos serviços, fazendo, inclusive a remoção dos entulhos.
- 2.16.11 A empresa contratada deverá recolher todo o material resultante das atividades, destinar corretamente os materiais recicláveis e realizar o descarte ecologicamente correto dos resíduos não recicláveis, obedecendo as recomendações do CONAMA (Resolução



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONAMA n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução CONAMA n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. CONAMA n. 307:2002.

- 2.16.12 Caberá à empresa contratada a integral responsabilidade pela guarda de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega.
- 2.16.13 Manter os empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e de segurança do trabalho, conforme NR-18 e legislações federais, estaduais e municipais relativas à segurança e medicina do trabalho.
- 2.16.14 Seguir todos os procedimentos de segurança, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo, bem como as normas locais.
- 2.16.15 Promover o imediato afastamento, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus funcionários que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da fiscalização dos serviços pelo TRESP.
- 2.16.16 Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados no local de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados.
- 2.16.17 Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sem prévia anuência do TRESP.

2.17 Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3 Especificação Técnica Detalhada

3.16 Requisitos Técnicos

Conforme definido no item 2.7 deste Projeto Básico.

3.16.1 Marcas e Modelos / Códigos de Referência

A empresa licitante deverá indicar, no momento da licitação, a marca e a especificação completa dos seguintes produtos que serão utilizados na execução do contrato:

- Piso vinílico: Linha Ambianta Coleção Series, cor Cinnamon (9343629), da Tarkett.
- Adesivo: Globalfix, da Tarkett.
- Rodapé em poliestireno, 451 RP/BR, código 20229, na cor branca, da Santa Luzia Rodapés e Acabamentos.

ATENÇÃO: A(s) empresa(s) proponente(s) deve(m) indicar apenas UMA marca e linha por material, pois a apresentação de mais de uma marca configura alternativa de proposta, dando ensejo à sua desclassificação.

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.16.2 Códigos SIASG

5312 – Remoção carpetes e rodapés.

150816 – Revestimento piso.

151045 – Rodapé.

3.16.3 Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até a efetiva entrega dos serviços contratados.

3.17 Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, 6 de outubro de 2021.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A execução e a gestão do contrato ficarão a cargo da Equipe de Gestão da Contratação, que será composta por:

Integrantes	Nome	Unidade
Gestor Contratação	Palmyra Farinazzo Reis Repette	Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura
Substituto	Carla Marcon Pinheiro Machado	Seção de Engenharia e Arquitetura
Fiscal Demandante	Valeria Luz Losso Fischer	Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços
Substituto	Palmyra Farinazzo Reis Repette	Seção de Engenharia e Arquitetura
Fiscal Técnico	Palmyra Farinazzo Reis Repette	Seção de Engenharia e Arquitetura
Substituto	Carla Marcon Pinheiro Machado	Seção de Engenharia e Arquitetura
Fiscal Administrativo	Geraldo Luiz Savi Júnior	Seção de Licitações
Substituto	João Batista Sarilho	Seção de Licitações

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESA e da Contratada

1.1.1 TRESA

- A Seção de Gerenciamento de Contratações da Coordenadoria de Contratações e Material procederá o encaminhamento do contrato à parte contratada; a publicação do Contrato no site do TRESA; a informação à unidade demandante, da Equipe de Gestão e demais partes interessadas.
- A Equipe de Gestão da Contratação acompanhará e fiscalizará a execução do contrato.

1.1.2 Contratada

- Agendar com o Gestor do Contrato a visita ao local de execução dos serviços para conferência das medidas e conhecimento das condicionantes do projeto e interferências do sistema proposto em relação às instalações existentes.
- Comunicar à Equipe de Gestão do Contrato a(s) data(s) e horário(s) de realização dos serviços pelo e-mail cis-sea@tre-sc.jus.br, para autorização de acesso e acompanhamento.
- A empresa contratada deverá executar os serviços nos prazos e demais condições estipuladas neste Projeto Básico, não sendo possível transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESA. Deve, ainda, manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante a execução do contrato.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

O início dos serviços será a partir da autorização emitida pela Equipe de Gestão da Contratação. A empresa contratada deverá executar os serviços no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, após a autorização emitida para este fim.

A CONTRATADA deve definir estratégia de trabalho que minimize inconvenientes aos usuários da edificação.

Os locais de carga e descarga dos materiais e de armazenamento provisório serão definidos em comum acordo entre a Contratada e a Equipe de Gestão da Contratação.

A CONTRATADA deve providenciar a sinalização e o isolamento das áreas onde haverá armazenamento e movimentação de materiais.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Obriga-se a Contratada a fornecer as ferramentas, instrumentos, equipamentos necessários à execução dos serviços e equipamentos de proteção individual (EPI) aos funcionários.

Os serviços a serem executados deverão estar em conformidade com as orientações dos fabricantes, das legislações municipal, estadual e federal vigentes e das normas técnicas da ABNT, no que couber.

Todas as medidas e cotas apresentadas em croqui são indicativas, devendo ser confirmadas no local.

A Nota Fiscal/Fatura será emitida e entregue ao Gestor do Contrato após autorização de faturamento. A Equipe de Gestão da Contratação somente atestará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela Contratada, todas as condições pactuadas.

1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora.

1.4. Prazos de Garantia

A CONTRATADA deverá prestar garantia dos serviços pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo.

É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

1.5. Acompanhamento do Contrato

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Equipe de Gestão da Contratação.

A Equipe de Gestão da Contratação terá autoridade para:

- a) solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;
- b) exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação;
- c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços.
- d) esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos projetos ou demais documentos, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
- e) aprovar materiais similares propostos pela CONTRATADA, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia, preço e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.
- f) determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESC.

A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:
- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
 - 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Contratação ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 10.024/2019.

Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.
- k) não entregar a amostra de produto ofertado.

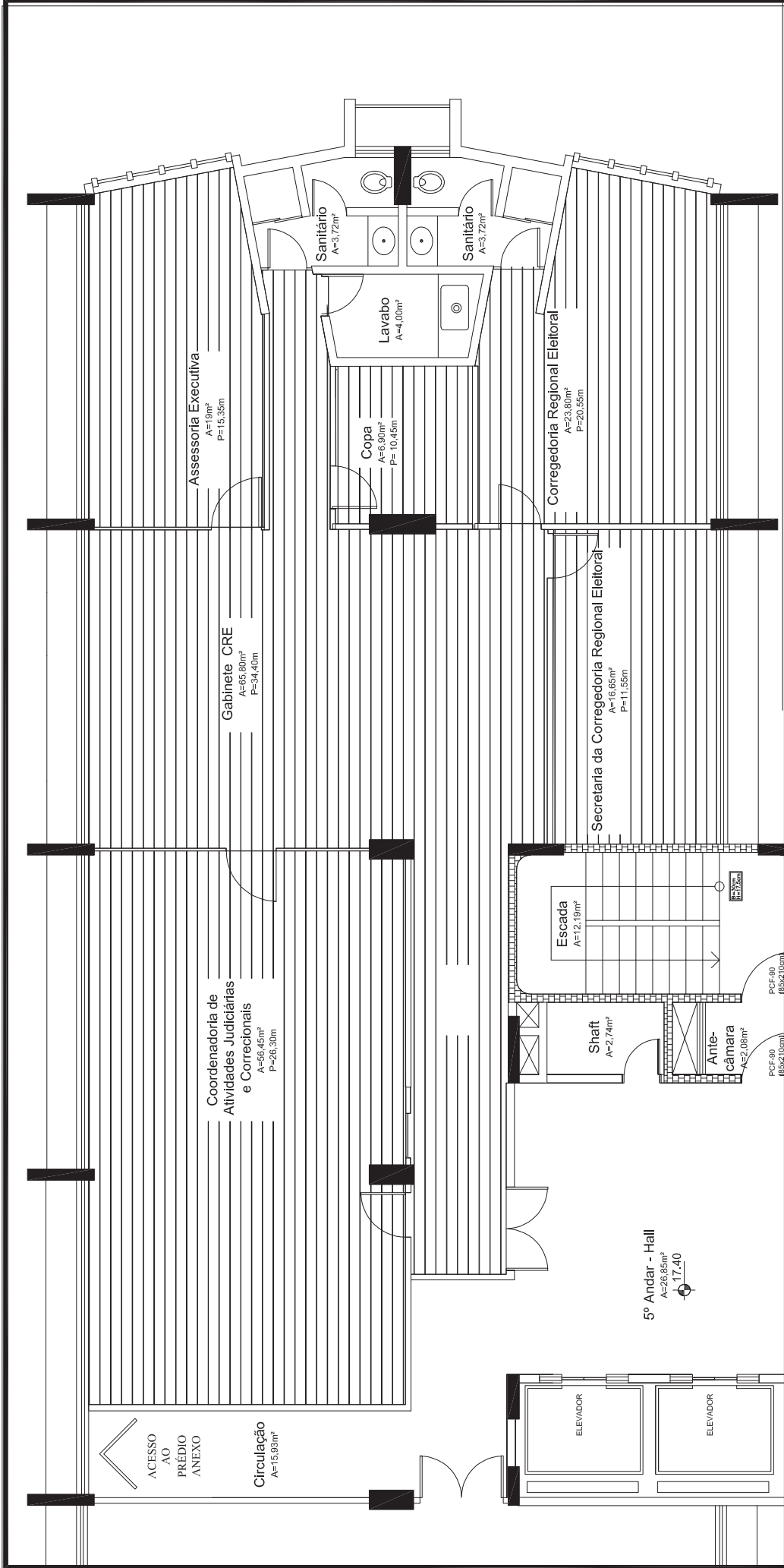
Para os casos não previstos no segundo parágrafo, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

São de competência do Presidente do TRESC as sanções de impedimento de licitar e contratar com a União e de descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais; como também, a sanção de ser a empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.


Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução ou na entrega do objeto sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero virgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor total contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do objeto.

O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.



Planta Baixa
Sem Escala

Piso vinílico - 188,60m²
Rodapé - 118,60m



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Substituição Revestimento de Piso e Rodapés

5º Andar

PROJETO:

OBRA:

ENDEREÇO:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - ED. SEDE

RUA ESTEVES JÚNIOR, 68 - CENTRO, FLORIANÓPOLIS/SC

CHIEF SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:

SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:

PROPRIETÁRIO:

Eng. Palmyra F. Reis Repette
CREA-SC 085.995-2

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
CNPJ: 05.858.851/0001-83

DESENHO:

DATA:

ESCALA:

Carla Marcon P M

Sel./2021

INDICADA

ARQUIVO:

REVISÃO:

FOLHA:

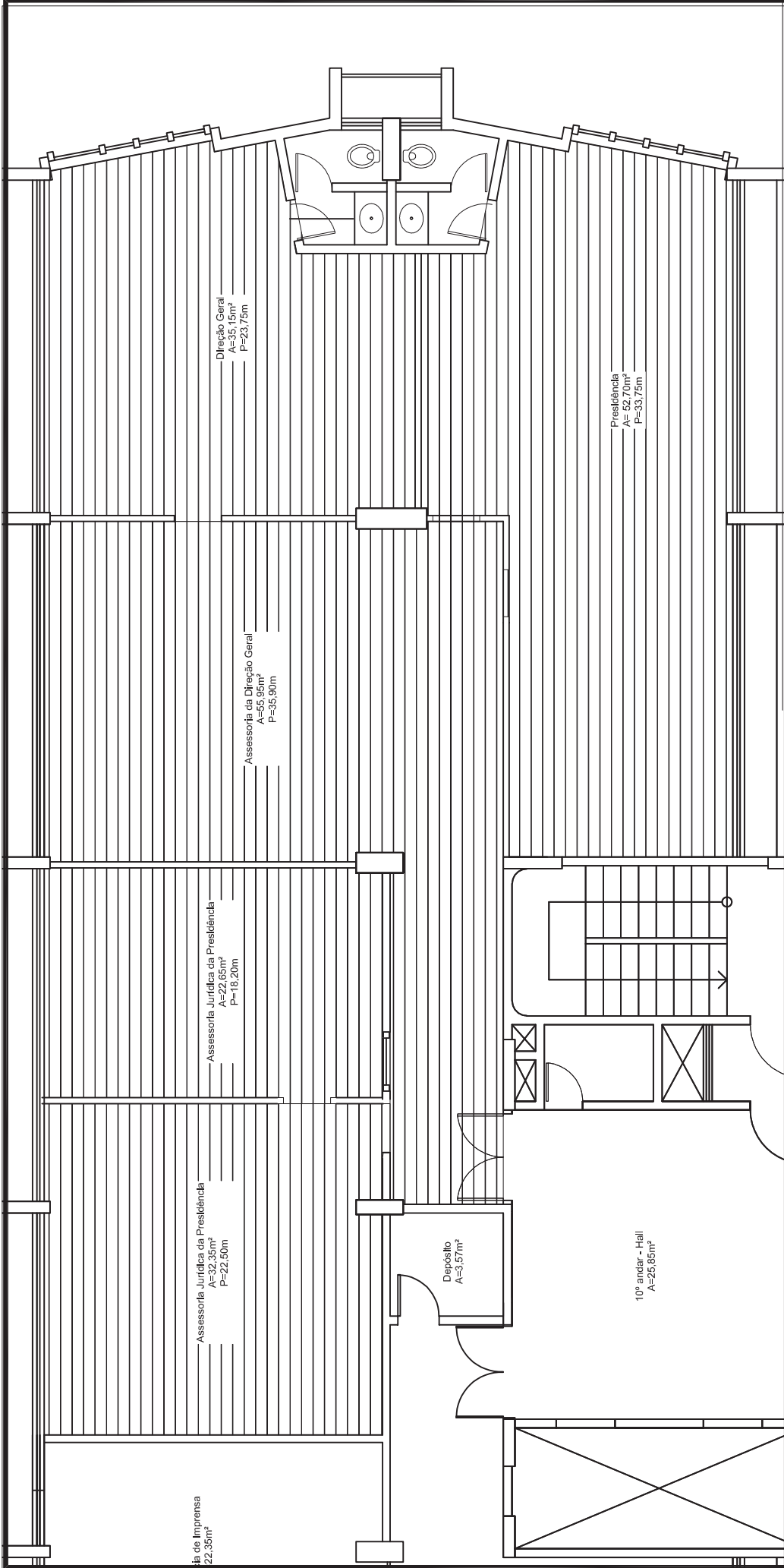
[SEDE] PISO LAMINADO

0

A3


PRANCHA:

01 / 01



Planta Baixa
Sem Escala

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

		PROJETO: Substituição Revestimento de Piso e Rodapés 10º Andar	
OBRA: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - ED. SEDE		ENDEREÇO: RUA ESTEVES JÚNIOR, 68 - CENTRO. FLORIANÓPOLIS/SC	
CHEF DE SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA: Eng. Palmyra F. Reis Repette CREA-SC 085.995-2		SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA:	
DESENHO: Carla Marcon P M		DATA: Set./2021	
ARQUIVO: [SEDE] PISO LAMINADO		REVISÃO: 0	
PRÓPRIETÁRIO: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina CNPJ: 05.858.851/0001-83		ESCALA: INDICADA	
		FOLHA: A3	
		PRANCHETA: 01 /01	

Piso vinílico - 198,80m²
Rodapé - 134,10m